

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2.014

Dispõe sobre o uso de aparelhos telefônicos celulares; bem como, de aparelhos eletrônicos capazes de armazenar e reproduzir arquivos de áudio, vídeo e jogos, por professores, especialistas, técnicos, agentes, funcionários, ainda que terceirizados, e alunos das escolas da Rede Municipal de Ensino de Itajaí.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do artigo 91, da Lei Complementar nº 150, de 12 de março de 2009 e;

CONSIDERANDO que o inciso V, do Artigo 91, da Lei Complementar nº 150, de 12 de março de 2009, prescreve que é de competência da Secretaria Municipal de Educação definir padrões básicos de funcionamento para a Rede Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO que os Títulos VI e VII, da Lei nº 1920, de 03 de dezembro de 1981, dispõem sobre deveres e responsabilidades, regime disciplinar, infrações e penalidades dos professores, especialistas, agentes em educação e agentes de apoio em educação especial e técnicos da Rede Municipal de Ensino de Itajaí;

CONSIDERANDO que o uso, sem regulamentação, de aparelhos telefônicos celulares; bem como, de aparelhos eletrônicos capazes de armazenar e reproduzir arquivos de áudio, vídeo e jogos, em ambiente escolar, prejudica o processo de ensino/aprendizagem;

RESOLVE:

Art. 1º Não é permitido o uso de aparelhos telefônicos celulares; bem como de aparelhos eletrônicos capazes de armazenar e reproduzir arquivos de áudio, vídeo e jogos eletrônicos em sala de aula ou, quando em atividades letivas, em quaisquer outros ambientes da escola por professores, especialistas, agentes em educação, agentes de apoio em educação especial, técnicos, funcionários, ainda que terceirizados, e alunos.

§ 1º Ao se iniciarem as atividades letivas em sala de aula ou noutro ambiente escolar devem professores, especialistas, agentes, técnicos, funcionários e alunos desligar seus aparelhos celulares; bem como, os outros aparelhos eletrônicos descritos no caput deste Artigo.

§ 2º Fica ressalvado o uso, no entanto, quando tais aparelhos forem utilizados como materiais de ensino/aprendizagem e devidamente previsto no planejamento da aula, com o conhecimento antecipado da Direção ou da Supervisão Escolar da Unidade de Ensino.

Art. 2º Constitui infração disciplinar, conforme prevista na Lei nº 1920, de 03 de dezembro de 1981, no caso de professores, especialistas, agentes, técnicos e funcionários; e no Regimento Escolar, no caso de alunos, não atender ao que determina a presente Instrução Normativa.

§ 1º Caberá à Direção da unidade escolar ou a seu substituto, numa primeira vez, advertir o infrator; sendo ele professor, especialista, agente, técnico ou funcionário. Não sendo atendido ou reincidindo na falta, deverá ser feita comunicação por escrito à Diretoria de Gestão de Pessoas, da Secretaria Municipal de Educação, para que sejam apurados os fatos e aberto o competente processo disciplinar, por insubordinação e ineficiência desidiosa no exercício das suas atribuições.

§ 2º No caso de aluno infrator, o professor fará a advertência. Não sendo atendido, comunicará à Orientação Educacional ou à Direção para tomar as providências previstas no Regimento Escolar.

Art. 3º Após o seu recebimento, a presente Instrução Normativa deverá ser lida pelo(a) Diretor(a) na primeira reunião pedagógica da Unidade Escolar para conhecimento de todos; bem como, deverá ser lida pelo(a) professor(a) Regente de classe em cada turma de alunos da Pré-escola e do Ensino Fundamental.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Prof. Edison d'Ávila

Secretário Municipal de Educação